

**Relatório da Administração Referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014** (Em milhares de reais, exceto quando especificado).

**Carta do Diretor de Relações com Investidores:** Senhores Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Xingu registrou em 2014 resultado operacional de R\$ 321.089. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 90.240. Com isso, o lucro líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 148.652, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria. A Companhia apresentou, no exercício de 2014, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

**Angel Javier Casaseca de Prada**  
Diretor de Relações com Investidores

**Histórico:** A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Pará. A LXTE é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.643 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.959 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. A Isolux Corsán reforçou a sua posição de liderança entre as primeiras empresas do mundo especializadas na construção de projetos chave na mão (EPC) de centrais solares fotovoltaicas. Acumulou, em apenas três anos, uma potência instalada de 340 MWp. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$74.300.000, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. Pelo Despacho 4.835/2014, ANEEL reajustou a Rap para o período jul/14-Jun/15 em R\$100.051.656. **Desempenho Operacional - Transmissão de Energia - Operação:** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das primeiras linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Segue em contínua expansão tendo implantado em 2014 seu próprio Centro de Operação Remoto do Sistema atuando na Gestão centralizada dos ativos de transmissão. Atualmente a PLENA é responsável pela Operação e Manutenção de 8 concessionárias (LXTE, LMTE, JTE, CPTE, LTMC, IENNE, SLTE e Corumbá) em operação comercial totalizando aproximadamente 4760 km de circuito de transmissão e presença em 24 subestações nos níveis de tensão de 138 kV, 230 kV, 345 kV e 500 kV. Outras 2 concessionárias da Isolux (LTTE e LITE) estão em construção, as quais serão operadas pela PLENA, o que somará mais 810 km de linhas de transmissão em 500 kV e presença em ao menos mais 3 subestações. **Desempenho Econômico-Financeiro:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

	Em 31 de dezembro de 2014		Em 31 de dezembro de 2013		% Variação 2014/2013
	2014	% Total	2013	% Total	
Receita	382.765	100%	271.393	100%	41,04%
Custo de construção	(53.731)	(14,04%)	(40.354)	(14,87%)	33,15%
Lucro Bruto	329.034	85,96%	231.039	85,13%	42,41%
Despesas gerais e administrativas	(7.945)	(2,08%)	(1.667)	(0,61%)	376,60%
Lucro Operacional	321.089	83,89%	229.372	84,52%	39,99%
Despesas Financeiras	(90.373)	(23,61%)	(76.835)	(28,31%)	17,62%
Receitas Financeiras	133	0,03%	1.688	0,62%	(92,12%)
Resultado financeiro líquido	(90.240)	(23,58%)	(75.147)	(27,69%)	20,08%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	230.849	60,31%	154.225	56,83%	49,68%
imposto de Renda e Contribuição Social	(82.197)	(21,47%)	(52.437)	(19,32%)	56,75%
Lucro líquido do exercício	148.652	38,81%	101.788	37,51%	49,95%
Lucro Líquido por lote de mil ações R\$	262,05		194,25		34,90%

A receita operacional líquida aumentou 41,04%, atingindo R\$ 382.765 mil em dezembro de 2014 se comparada com R\$ 271.393 mil em 31 de dezembro de 2013. O aumento da receita e devido ao reajuste tarifário que ocorreu no ano de 2014. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 379.029 mil em dezembro de 2014, comparada com R\$ 94.475 mil em dezembro de 2013, onde o aumento de 301,20% é devido pelo reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro e reajuste na tarifa, o qual foi concedido em junho de 2014. As receitas de operação e manutenção aumentaram 104,20%, totalizando R\$ 14.120 mil em dezembro de 2014, comparada com R\$ 6.904 mil em dezembro de 2013, devido a entrada em operação da Companhia em junho de 2013, dessa forma, o resultado do exercício de 2013, contempla apenas 6 meses de receita de operação. As despesas financeiras aumentaram em 17,62%, atingindo R\$ 90.373 mil em dezembro de 2014 contra R\$ 76.835 mil em dezembro de 2013, devido aos juros dos novos empréstimos contratados. Em decorrência dos fatores mencionados acima, no exercício de 2014, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 148.652 mil. **Composição Acionária:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 527.120 milhões, representado por 527.120 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pela empresa holding Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% do seu capital social. **Audidores Independentes:** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2011, a Companhia declara que mantém contratada a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2013/2014. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

**A Administração**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2014	2013
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.624	11.991
Clientes (Nota 8)	18.412	15.393
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	23.735	56.459
Impostos a recuperar	1.706	1.259
Partes relacionadas (Nota 11)	-	19.226
Ativo financeiro (nota 10)	113.753	92.057
Despesas pagas antecipadamente (Nota 12)	868	1.935
Outros ativos	1438	1.380
	162.536	199.700
<b>Não circulante</b>		
Realizável em longo prazo		
Ativo financeiro - concessão (Nota 10)	1.753.936	1.485.189
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 18)	-	18.666
Títulos de renda fixa	3.475	2.430
Depósitos judiciais (Nota 9)	18.275	18.182
	1.775.686	1.524.467
Imobilizado, líquido	2.568	2.431
	1.778.254	1.526.898
	1.940.790	1.726.598

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido			Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			Em milhares de reais		
	2014	2013	2014	2013	
<b>Capital social</b>					
Em 1º de janeiro de 2013	448.400	-	-	-	
Aumento de capital (Nota 19)	75.600	-	-	-	
Lucro do exercício	-	-	101.788	101.788	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	524.000	-	(36.233)	487.767	
Aumento de capital (Nota 19)	3.120	-	-	3.120	
Lucro líquido do exercício	-	-	148.653	148.653	
Destinação do lucro do exercício (nota 19)	-	5.621	106.799	(112.420)	
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	527.120	5.621	106.799	639.540	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional:** A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 100% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. A gestão de tesouraria é feita de forma consolidada para o Grupo Isolux no Brasil. A Companhia terá suporte financeiro de sua controladora para honrar os seus compromissos de curto e longo prazo. Ainda, caso necessário, o Grupo Isolux Corsán garantirá o aporte de capital nas operações no Brasil. Contudo, com a entrada em operação da linha de transmissão e recebimento da receita contratual, a Companhia passa a atingir o equilíbrio econômico-financeiro. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes foram aprovados e autorizados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2015. **1.2. Concessão:** Em 27 de junho de 2008 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 74.300 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM. **2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas: (a) Conversão de moeda estrangeira: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(ii) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: em préstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos finance-

ros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(iii) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(iv) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **(v) Ativo financeiro da concessão:** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamentada a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **(vi) Instrumentos derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. **(d) Despesas antecipadas:** Os custos de transação relacionados à contratação dos empréstimos ficam como despesas antecipadas no ativo até o recebimento do empréstimo. A partir do recebimento, são transferidos para o passivo financeiro reduzindo o saldo inicial e alterando a taxa de juros. **(e) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(f) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **(g) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(h) Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações

**Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais**

	2014	2013
<b>Operações continuadas</b>		
Receita (Nota 20)	382.765	271.393
Custo de construção (Nota 21)	(53.731)	(41.421)
<b>Lucro bruto</b>	329.034	229.972
Despesas gerais e administrativas (Nota 21)	(7.944)	(600)
<b>Lucro operacional</b>	321.090	229.372
Despesas financeiras (Nota 22)	(90.373)	(76.835)
Receitas financeiras (Nota 22)	133	1.688
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	(90.240)	(75.147)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	230.850	154.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	(82.197)	(52.437)
<b>Lucro do exercício</b>	148.653	101.788
<b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>	262,05	194,25

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais**

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	148.653	101.788
Ajustes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82.197	52.437
PIS e COFINS diferidos	26.963	27.871
Resultado financeiro ativo financeiro da concessão	(379.029)	(94.474)
Juros dos empréstimos	(19.175)	62.908
Provisões	(1.686)	(123.939)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(447)	(410)
Clientes	(3.019)	(15.393)
Adiantamentos a fornecedores	32.724	(212)
Despesas antecipadas	1.067	3.353
Depósitos judiciais	(93)	(386)
Outros ativos	(6.624)	(1.010)
Fornecedores	(56.799)	(42.061)
Partes relacionadas	20.067	(13.226)
Impostos e contribuições a recolher	4.198	(3.261)
Outros passivos	6.393	190
<b>Caixa líquido aplicado nas pelas atividades operacionais</b>	(144.610)	(45.825)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo financeiro - concessão	(13.167)	(201.736)
Ativo financeiro - recebimentos	101.753	46.138
Títulos de renda fixa	(1.045)	(1.142)
Adições do imobilizado	(227)	(466)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	87.314	(157.206)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ingressos de empréstimos	73.681	368.632
Pagamento de principal	(107.083)	(244.750)
Amortização dos juros e empréstimos	78.725	(63.024)
Custo de transação	(514)	(572)
Aumento de capital	3.120	75.600
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	47.929	135.886
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	(9.367)	(67.145)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)</b>	11.991	79.136
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)</b>	2.624	11.991

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

vencíveis após doze meses. **(i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão a realizações dos impostos diferidos ativos. **(j) Capital:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(k) Reconhecimento de receita:** Compreendem principalmente as seguintes atividades: • Receita decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto de 8,6% ao ano. • Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido. • Durante a fase pré-operacional, a receita relativa a serviços de construção foi registrada pelo seu valor justo conforme descrito na Nota 4.1. **3. Principais julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão:** A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo

**ção das políticas contábeis:** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **(a) Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na nota explicativa nº 3.2. **(b) Reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **(c) Determinação das receitas e custos de construção:** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **(d) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. A taxa resultante de 7,15% (original da taxa de Leilão mais 5% de inflação estimada) reflete, na opinião dos administradores, a realidade econômica do projeto. **(e) Provisão para riscos:** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **(f) Provisão para custos de construção:** Em caso de contrato oneroso, ou seja quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **3.2. Contrato de concessão:** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPCE 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPCE 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPCE 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo. A interpretação ICPCE 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A Receita Anual Permitida, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:(a) Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: • Riscos relacionados às aplicações financeiras: A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós-fixadas. **(b) Risco de crédito:** Salvo pelo ativo financeiro e pelo contas a receber de clientes, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A

RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **(d) Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI, juros pre fixados e TJLP. **5. Instrumentos financeiros por categoria**

Ativo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo financeiro	-	1.867.689	1.867.689	
Títulos e valores mobiliários	3.475	-	3.475	
Depósitos judiciais	-	18.275	18.275	
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.624	2.624	
	<b>3.475</b>	<b>1.888.588</b>	<b>1.892.063</b>	
Passivo	Empréstimos e recebíveis		Total	
Empréstimos e financiamentos		1.007.175	1.007.175	
Partes relacionadas		841	841	
Provisões		5.419	5.419	
Fornecedores e outros passivos		43.136	43.136	
		<b>1.056.571</b>	<b>1.056.571</b>	

**(a) Valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação: **(b) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **(c) Financiamentos:** A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31 de dezembro de 2014, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Companhia. **(d) Ativo financeiro da concessão:** Os ativos financeiros da concessão estão avaliados pelo custo real incorrido uma vez que a empresa entrou em operação durante o exercício de 2013.

	2014	2013
Caixa e bancos	2.624	11.991

**7. Adiantamentos a fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:

	2014	2013
Adiantamentos a fornecedores nacionais	23.735	56.459

**8. Clientes**

	2014	2013
Clientes	18.412	15.393

**9. Depósitos judiciais:** O saldo de R\$ 18.275 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 18.182 em 2013) é composto principalmente por depósitos judiciais referentes a uma ação em curso com o estado do Pará em relação com um benefício fiscal concedido sobre ICMS. **10. Ativo financeiro - concessão**

Em 1º de janeiro de 2013	1.327.174
Receita de construção (Nota 20)	201.736
Remuneração do ativo financeiro (Nota 20)	94.475
Recebimentos	(46.139)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.577.246</b>
Remuneração do ativo financeiro (i) (Nota 20)	379.029
Receita de construção (Nota 20)	13.167
Recebimentos	(101.753)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.867.689</b>
Circulante	113.753
Não circulante	1.753.936

(i) O valor da atualização da RAP de 2014 e significativamente maior que no 2013, devido ao recálculo feito pela ANEEL em 2014. **11. Partes relacionadas:** Os saldos de partes relacionadas correspondem a:

	2014	2013
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	6.657	19.226
Isolux Engenharia	(6.202)	-
Outras empresas do grupo	(1.296)	-
	<b>(841)</b>	<b>19.226</b>

**12. Despesas pagas antecipadamente:** O saldo em 31 de dezembro de 2014 refere-se principalmente ao saldo de seguros a apropriar. **13. Fornecedores:** O saldo em aberto de fornecedores refere-se principalmente ao fornecimento de cabos, torres e serviços de engenharia. Veja a composição do saldo abaixo:

	2014	2013
Fornecedores nacionais	33.852	90.651
	<b>33.852</b>	<b>90.651</b>

**14. Empréstimos e financiamentos:** Posição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

	2014	2013
Circulante		
Empréstimos bancários	132.660	107.333
FDA e FNO (iii)	54.252	51.339
Confirming (iv)	11.337	15.412
	<b>198.249</b>	<b>174.084</b>
Não circulante		
Empréstimos bancários	6.384	34.082
FDA e FNO (iii)	818.908	789.225
Custo de Transação	(16.366)	(15.850)
	<b>808.926</b>	<b>807.457</b>
Total dos empréstimos	<b>1.007.175</b>	<b>981.541</b>

**Período Amortização não circulante**

2016	45.205
2017	47.956
2018	50.875
2019	53.971
2020	57.265
De 2020 em diante	570.020

As taxas de juros dos empréstimos variam entre 2% e 10% ao ano e os índices de correção são CDI e TJLP. **(i) Custos de transação (comissões bancárias e IOF):** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas nos exercícios de 2014 e de 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. **(ii) Garantias concedidas:** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. **(iii) Créditos de longo prazo:** Em 30 de dezembro de 2010 foram assinados os

contratos de financiamento a longo prazo (Crédito Sênior) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: **BASA:** Valor: R\$ 151.017; Prazo: 240 meses; Encargos: Fixo - 10% a.a. A Companhia utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 191 prestações mensais e sucessivas. A primeira prestação será paga no dia 10 de março de 2015 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em janeiro de 2031. **SUDAM:** Valor: R\$ 602.448; Prazo: 240 meses; Encargos: TJLP + 0,85% a.a. A primeira prestação será paga abril de 2015 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em outubro de 2030. **(iv) Operações de confirming:** São operações contratadas com os bancos onde a Companhia possibilita antecipar aos fornecedores, recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços. Funciona como uma cessão de crédito, transferindo assim a avaliação do risco de crédito do fornecedor para a Companhia, de quem passa ser a responsabilidade da liquidação do empréstimo. **15. Impostos e contribuições a recolher:** Em 31 de dezembro de 2014, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **16. Provisões: (a) Custo de construção:** Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de provisões correspondem a:

	2014	2013
Provisão para custos de construção	5.419	7.105
	<b>5.419</b>	<b>7.105</b>

**(b) Contingências:** A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhista e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$15.779. Vale ressaltar que os processos trabalhistas contam com depósito de valores em juízo o que por si só garante o valor do débito. No que tange aos casos cíveis, frisamos que somos autores das demandas, motivo pelo qual não há que se provisionar perdas. **17. PIS e COFINS diferidos:** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPCE 01.

	PIS e COFINS diferidos
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>122.721</b>
Constituição em 2013 (Nota 20)	27.871
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>150.592</b>
Constituição em 2014 (Nota 20)	26.963
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>177.555</b>

**18. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado era como segue:

	2014	2013
<b>(a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	230.850	154.225
Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	(78.489)	(52.437)

Os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Companhia tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos.

	IR e CSSL diferidos
<b>(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>18.666</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(82.197)</b>
Constituição em 2014	(63.531)

**(c) Incentivos fiscais:** Em 5 de dezembro de 2008, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia que aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a Companhia fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 527.120 (2013 - R\$ 524.000), está representado por 527.120 mil (2013 - 524.000 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ordinárias
Acionistas	527.120.000
Isolux Energia e Participações S.A.	527.120.000

**(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

**(c) Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos retidos". Após a absorção dos prejuízos acumulados e da destinação das reservas obrigatórias, a Companhia apurou um lucro contábil de R\$ 106.799. Baseado na Lei 12.973/14 a Companhia deverá distribuir dividendos com base em seu resultado fiscal. Como em 2014, a Companhia apresentou prejuízo após a apuração do resultado fiscal, foi constituída uma reserva especial de dividendos neste mesmo valor. **20. Receita**

	2014	2013
Receita bruta de serviços		
Receita de construção	13.167	201.736
Receita de operação	14.120	6.904
Receita remuneração do ativo financeiro	379.029	94.475
Outras Receitas (i)	20.045	(1.803)
	426.361	301.312
PIS e COFINS	(12.475)	
PIS e COFINS diferido	(26.963)	(27.871)
Quota para RGR e P&D	(4.158)	(2.048)
Receita líquida de serviços	<b>382.765</b>	<b>271.393</b>

(i) Valores referentes as outras receitas da Companhia como parcelas de ajuste do ciclo anterior, indisponibilidade de equipamentos e rateio de antecipação.

	2014	2013
<b>21. Custos sobre serviços prestados</b>		
Despesas com pessoal	6.881	5.536
Custos de Construção	41.577	36.306
Serviços de manutenção	3.933	83
Despesas gerais	9.284	96
	<b>61.675</b>	<b>42.021</b>

Classificadas como:  
Custo dos bens construídos e serviços prestados 53.731 40.354  
Despesas gerais e administrativas 7.944 1.667  
**61.675 42.021**

	2014	2013
<b>22. Resultado financeiro líquido</b>		
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(78.725)	(62.908)
IOF	(950)	(3.003)
Variação cambial negativa	-	(516)
Outras despesas financeiras	(10.698)	(10.408)
	(90.373)	(76.835)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	133	1.688
Resultado financeiro líquido	<b>(90.240)</b>	<b>(75.147)</b>

**23. Remuneração de administradores:** Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os administradores não receberam remuneração paga pela Companhia. Por decisão dos acionistas, essa remuneração foi paga por partes relacionadas e não haverá ressarcimento a ser requerido da Companhia. **24. Seguros:** A cobertura de seguro foi contratada pelo montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2014, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Riscos Nomeados Operacionais	13/06/2014 a 13/06/2015	R\$ 94
Responsabilidade Civil Geral	13/06/2014 a 13/06/2015	R\$ 15.740

Angel Javier Casaseca de Prada - Diretor Geral  
Contador - Márcia Abreu Tavernari - CRC RJ -107585/O-1

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos

de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2015. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ. Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ; Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ.